



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

A Sua Excelência o Senhor
Zulmar Curzel
Presidente da Câmara Municipal de Juína

REQUERIMENTO DE DIÁRIAS N.º 051/2021

Gilvânia Moreira Dutra da Silva, Controladora Interna desta Casa de Leis, cumprindo o disposto no artigo 136 da Lei Complementar n.º 1022/2008 de 06 de maio de 2008 e em atenção a Resolução n.º 001/2012 de 01/05/2012, vêm mui respeitosamente, **REQUERER** a liberação de **03 (três) diárias**, para deslocamento urbano, alimentação e estadia em Cuiabá - MT, nos dias **01 a 03 de dezembro de 2021**, onde pretende participar do curso "Implementação da LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados. – Desafios e Soluções na Adequação da Lei", a ser realizado pela empresa Capaccitar Consultoria e Treinamentos, nos dias 02 e 03 de dezembro de 2021, em Cuiabá, conforme requerimento de autorização e informes anexos.

"A Lei 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), é a legislação que regula a atividade sobre o uso de dados pessoais por todas as organizações que operam em território brasileiro, e traz sanções severas no caso de descumprimento. Embora promulgada em 14 de agosto de 2018, a LGPD só entrou em vigência em 18 de setembro de 2020, o que obrigou instituições públicas e privadas a se adequarem rapidamente às novas regras.

Destaco então a relevância em participar do evento para adquirir conhecimento e buscar sanar dúvidas quanto aos procedimentos necessários para a implantação da norma nesta Câmara e compreender como deverá ocorrer, em quais etapas, o que deve ser divulgado, quais informações devem ser preservadas, enfim o que deve ser realizado para cumprir com o atendimento da Lei, e qual o papel do controle interno neste processo.

Anexo a este informe com detalhes da capacitação e programação do evento, e informo a previsão de saída e retorno ao município como segue:

- Data e hora da saída de Juína a Cuiabá: dia 01 de dezembro às 08 horas da manhã (de carona em veículo particular);
- Data e hora da saída de Cuiabá a Juína: dia 03 de dezembro às 19 horas;
- Data e hora prevista para chegada em Juína às 08 horas do dia 04 de dezembro.

Nestes termos, peço e Aguardo deferimento.

Juína, 18 de novembro de 2021.

Gilvânia Moreira Dutra da Silva
Servidora requerente

01/12/2021
19/11/2021



capaccitar
CONSULTORIA E TREINAMENTOS

CURSO PRESENCIAL

**Implementação da LGPD
Lei Geral de Proteção de Dados.
Desafios e Soluções na
Adequação da Lei**

Carga Horária: 14 horas

Data: 25 e 26 de novembro/21

**Cuiabá/MT | Palestrante
Prof. Avner Meister**

APRENDIZADO ATUALIZADO

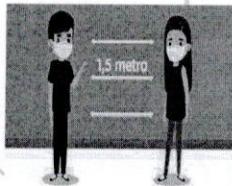
CAPACITAÇÃO

www.capaccitar.com.br

IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

Teoria e prática

Obs: Serão adotadas as seguintes medidas de segurança:



PROPOSTA COMERCIAL**APRESENTAÇÃO DO CURSO**

A Lei 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”), é a legislação que regula a atividade sobre o uso de dados pessoais por todas as organizações que operam em território brasileiro, e traz sanções severas no caso de descumprimento. Embora promulgada em 14 de agosto de 2018, a LGPD só entrou em vigência em 18 de setembro de 2020, o que obrigou instituições públicas e privadas a se adequarem rapidamente às novas regras. A intenção é que o aluno do presente curso possa, ao final do evento, compreender os principais conceitos trazidos pela lei e saiba quais as etapas que as instituições precisam realizar para se adequarem à LGPD.

PÚBLICO-alvo

- Autoridades designadas para o tratamento de dados pessoais (controlador, operador, encarregado) por órgãos e entidades do setor público, inclusive, instituições parceiras e contratadas da Administração Pública;
- Técnicos e analistas de serviços de suporte de TI ao tratamento de dados pessoais por órgãos e entidades do setor público;
- Pesquisadores e agentes de instituições de pesquisa com acesso a dados pessoais tratados por órgãos e entidades do setor público;
- Advogados Públicos, Analistas e Técnicos de Ministérios Públicos, Defensorias Públicas e Tribunais de Contas;
- Auditores, assessores e técnicos de órgãos de controle externo Legislativo.
- Professores e estudantes universitários;
- Titulares de dados pessoais objeto de tratamento pelo setor público;

METODOLOGIA

- As aulas serão expositivas/ participativas
- Os tópicos serão abordados com explanações teóricas, com inserção de exercícios práticos e simulações (quando couber);

DATA, LOCAL, HORÁRIO E CARGA HORÁRIA DO CURSO

Data: 02 e 03 de dezembro de 2021.

Carga Horária: 14 horas/aula

Local: Espaço CDL

Cidade: Cuiabá/MT.

Horário do Curso:

Data: 02.12.21: Início às 08:00 horas

Almoço: às 12:00 horas (aproximadamente 2 horas)

Retorno: às 14:00 horas

Término: às 18:00 horas

Data: 03.12.21: Início às 07:00 horas

Coffee Break: às 09hs:30 min.

Término: às 13:00 horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PARTE I – Fundamentação Legal: Lei 13.709/2018

1. Disposições Preliminares

- Âmbito de aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados
- Principais Conceitos
- Princípios e Fundamentos da Proteção de Dados

2. Tratamento de Dados Pessoais

- Requisitos para o Tratamento de Dados
- Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis
 - o Hipóteses de Cabimento
 - o Limitações
 - Dados Anonimizados
 - Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes
 - Término do Tratamento de Dados
 - o Hipóteses de cabimento
 - o Eliminação e Conservação de Dados

3. Direitos do Titular dos Dados

- Informações obtidas a qualquer momento mediante requisição
- Forma de Requisição pelo titular
- Revisão de decisão em tratamento automatizado de dados

**4. Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público**

- Regras
- Empresas Estatais: tratamento público e privado
- Uso compartilhado de Dados Pessoais:
 - o Entre órgãos públicos
 - o Entre órgãos públicos e entidades privadas
- Responsabilidade por infração à LGPD

5. Agentes de Tratamento de Dados Pessoais

- Controlador
 - o Conceito
 - o Atribuições
- Operador
 - o Conceito
 - o Atribuições
- Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais
- Relação Controlador x Operador
- Encarregado:
 - o Conceito
 - o Atribuições
- Responsabilidade Solidária do Controlador e do Operador
 - o Hipóteses de cabimento
 - o Excludentes de responsabilidade

6. Segurança e Boas Práticas

- Segurança e Sigilo dos Dados
- Comunicação de Incidentes de Segurança
- Boas Práticas e Governança:
- Programa de Governança em Privacidade

7. Fiscalização

- Sancções Administrativas
- Fatores mitigadores das penalidades

8. Entidades de Proteção de Dados

- Autoridade Nacional de Proteção de Dados
 - o Composição

o Competências

- Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade

o Composição

o Competências

9. Transferência Internacional de Dados

- Aplicabilidade

- Hipóteses em que é permitida a transferência internacional de dados

- Hipóteses de Cabimento

- Nível de proteção de dados

- Cláusulas-padrão Contratuais

PARTE II - Prática

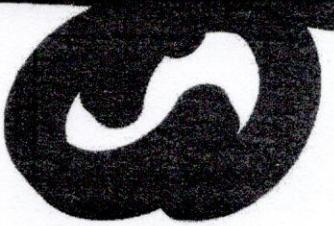
1. Mapeamento de dados e fluxos

Consiste em identificar em quais atividades se faz o tratamento de dados, quem são os titulares de tais dados, quais tipos de dados estão sendo utilizados para tais atividades e o tempo de armazenamento desses dados.

Etapas do mapeamento:

- Definição da(s) área(s) objeto do mapeamento e profissionais entrevistados;
- Identificação dos tipos de dados tratados e definição dos fluxos de tratamento objeto da análise, levando em consideração a descrição já constante acima;
- Entrevista(s) inicial(is) para compreensão, em linhas gerais, das características de cada área objeto do mapeamento, bem como do fluxo de dados pessoais existente em cada frente de trabalho;
- Análise de documentos de suporte existentes que indiquem a política de uso de dados, incluindo (i) modelos de contratos celebrados entre a empresa e clientes, fornecedores de tecnologia e demais parceiros que prestem serviços relacionados ao tratamento de dados, (ii) políticas de privacidade e proteção de dados, (iii) manuais de processos internos existentes indicando atribuições e responsabilidades em relação ao tratamento de dados pessoais; (iv) regras de acesso/autenticação à base de dados pessoais por parte de colaboradores internos da empresa; (v) contratos de trabalho;
- Elaboração do registro de processamento, que deverá refletir o mapeamento de dados verificado.

2. Gap analysis e road map



Elaboração de relatório de análise de riscos e recomendações de adaptação necessárias para fins de atendimento à LGPD. Através do mapeamento é possível apontar quais atividades estão em desacordo com a Lei.

Etapas:

- Análise das respostas fornecidas pela organização no Mapeamento, assim como dos registros de processamento para fins de checagem da adequação das respectivas disposições em relação à LGPD;
- Elaboração de relatório de análise de gaps e recomendações de adaptação necessárias para fins de atendimento à LGPD, do ponto de vista jurídico;
- Estabelecer bases legais para as atividades de tratamento de dados pessoais;
- Verificar se há atendimento aos princípios de tratamento dos dados pessoais;
- Verificar se há atendimento aos direitos dos titulares de dados.
- Teste de Ponderação para o Legítimo Interesse ("Legitimate Interest Assessment" ou "LIA")

3. Implantação:

Consiste na elaboração e/ou revisão de contratos, políticas e processos internos, visando implementar as recomendações objeto da etapa de mapeamento e gap analysis.

Documentos necessários para a implementação e que indiquem a política de proteção de dados, incluindo:

- Contratos celebrados entre a empresa e clientes, fornecedores de tecnologia e demais parceiros que prestem serviços relacionados ao tratamento de dados ou aos quais sejam transferidos dados pessoais para qualquer fim;
- Políticas de privacidade e proteção de dados;
- Manuais de processos internos indicando atribuições e responsabilidades em relação ao tratamento de dados pessoais;
- Regras de acesso/autenticação à base de dados pessoais por parte de colaboradores internos da organização;
- Política de retenção de dados e termos de uso que tratam das operações de tratamento de dados pessoais;
- Contratos e documentos que envolvam a contratação de prestadores de serviços de tratamento de dados pessoais em benefício da empresa;
- Contratos, acordos e documentos relacionados com a transferência de dados com terceiros (tanto para recebimento, quanto envio de dados);

- Política de Cookies;
- *Privacy by Default & Privacy by Design*;
- Plano de Resposta a Incidentes (DBN);
- Relatório de Impacto à Proteção de Dados (DPIA ou RPD);
- Registro de Processamento de dados pessoais (RoPA).

INVESTIMENTO

Valor do Curso por participante: R\$ 949,00 (novecentos e quarenta e nove reais).

Condições Especiais:

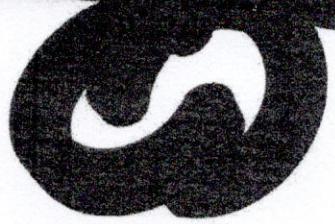
Quantidade de participante por órgão	Valor por participante
01 participante	Valor: R\$ 949,00
02 participantes	Valor: R\$ 920,00
Acima de 03 participantes	Valor: R\$ 900,00

FACILITADOR



AVNER MEISTER

Advogado. Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Experiência em Advocacia de Proteção de Dados e Cybersecurity. Certificado de Privacy and Data Protection Practitioner (PDPP), EXIN. Membro da Associação Nacional dos Profissionais de Privacidade



de Dados (ANPPD); Pós-graduando em Lei Geral de Proteção de Dados pela Faculdade Legale (em andamento); Tem experiência advocatícia em Assessoria e análise jurídica para empresas nacionais e internacionais de produtos tecnológicos em desenvolvimento do ponto de vista de proteção de dados; participação em projetos de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (Data Mapping, Gap Analysis e Implementação); elaboração de documentos que atendam a etapa de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados; elaboração de treinamentos sobre cyber segurança e proteção de dados; tradução de documentos (Contratos, Cláusulas/aditivos contratuais, Políticas de Privacidade).

OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

Obrigação da Capaccitar:

- Disponibilizar professor;
- Disponibilizar material didático.
- Disponibilizar certificado;
- Disponibilizar local;
- Disponibilizar Coffee Break.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Será fornecido material de apoio, coffee break individualizado e certificado de participação com conteúdo e carga horária;
- O certificado somente será concedido aos participantes que obtiverem o mínimo de 75% de frequência e após a realização do pagamento do curso;
- A Empresa se reserva ao direito de cancelar o curso, com três dias de antecedência, por falta do quórum mínimo.

CONTATO

E-mail: atendimento.capaccitar@gmail.com

Tel: (65) 99915-6662 – Vanessa Carli

Instagram: [capaccitar.treinamentos](#)

**FICHA DE INSCRIÇÃO
CURSO PRESENCIAL – LGPD**

Nome do Órgão:	Câmara Municipal de Juína
CNPJ:	15.359.219/0001-59
Endereço:	Av. dos jambos, nº 519N - Praça Tancredo Neves
Bairro:	Centro
Cidade:	Juína
Estado:	Mato Grosso
CEP:	78.320-000
Celular :	66-9.9684-2884
Comercial:	
E-mail:	gilvaniamds@hotmail.com / diretoriageral@juina.mt.leg.br

Responsável pelo pagamento:	Aparecida de Souza Gomes
CNPJ:	
Celular :	66-9.9929-7422
Comercial:	
E-mail:	

Condições:

Poderá ser substituído o participante com até 24 horas de antecedência.
 Esta inscrição não poderá ser cancelada ou compensada, a confirmação será mediante o envio do comprovante da inscrição e depósito e/ou empenho via e-mail .
 Será fornecido material de apoio e certificado de participação com conteúdo e carga horária e coffee-break em todos os módulos.
 A Capacitar reserva-se ao direito de não realizar este evento por motivo operacional ou por falta de quórum, obrigando-se a comunicar tal fato com antecedência aos inscritos.

Participantes	Nome completo	Cargo	Celular	E-mail	Instagram/ facebook
1	Gilvânia Moreira Dutra da Silva	Controladora Interna	66-9.9684-2884	<u>gilvaniamds@hotmail.com</u>	Gilvânia Dutra (@gilvaniamds)
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

devem ser preservadas, enfim o que deve ser realizado para cumprir com o atendimento da Lei, e qual o papel do controle interno neste processo

Cumprir o que dispõe a Lei Complementar nº 1.751 de 19 de julho de 2012 prevê em seu artigo 7º que é promover e incentivar **permanentemente** a participação em treinamentos e cursos de capacitação à servidora, proporcionando-lhes melhor capacidade técnica e maior rendimento no trabalho.

5 – Resultados a serem alcançados com a contratação

Proporcionar conhecimento das ações a serem desenvolvidas para implantar e manter o cumprimento da LGPD.

6 – Dotação orçamentária: 339039 – Capacitação – outros serviços de pessoa jurídica

7 - Emitido por: Gilvânia Moreira Dutra da Silva – Controladora Interna

Em 18 de novembro de 2021.

Gilvânia Moreira Dutra da Silva

8 – Decisão da autoridade competente.

Diante do exposto acima, eu Zulmar Curzel, Presidente da Câmara Municipal de Juína, no uso das minhas atribuições legais, autorizo a servidora acima mencionada a participar do Curso Presencial, bem como que a câmara forneça a inscrição, passagem e diárias para o custeio de hospedagem, alimentação e locomoção urbana.

Juína-MT, 18 de novembro de 2021.

Zulmar Curzel
Presidente